

MARGULLAR – Património e Turismo Arqueológico Subaquático na Macaronésia

Categoria: Portugal + Cooperação Territorial Europeia

Designação do projeto: MARGULLAR – Património e Turismo Arqueológico Subaquático na Macaronésia

Programa financiador: Interreg MAC

Data de início: 01/01/2017

Data de fim: 31/12/2021

Custo elegível: €1.405.742,67

Valor financiado: €1.194.881,27

Taxa de cofinanciamento: 85%

Beneficiário: DRAC - Direção Regional da Cultura dos Açores

Localização: Região Autónoma dos Açores

Website: <https://portal.azores.gov.pt/web/drac>

Resumo do projeto: Este projeto visou associar o património cultural subaquático e o turismo cultural, através de trabalhos de arqueologia subaquática para a investigação, preservação e conservação do património, com vista à sua posterior valorização e utilização, com o objetivo de aumentar o atrativo e promover o turismo de mergulho nas regiões e países participantes. O Margullar pretendeu que, para além de se admirarem os belos fundos marinhos das regiões e países envolvidos, os turistas que praticam mergulho recreativo, pudessem conhecer o património cultural subaquático comum, para que melhor pudessem compreender a história e a cultura da Macaronésia. Assim, com base na recolha de dados arqueológicos em vastas áreas de trabalho identificadas, o projeto procurou tornar evidente o valor destes bens, alcançando a sua gestão e proteção integral e, ao mesmo tempo, comunicando e sensibilizando o público para o Património Arqueológico Subaquático da Macaronésia, que reflete, na sua globalidade, como nenhum outro no mundo inteiro, a Primeira Globalização Europeia. O objetivo foi o da conservação e proteção deste património, que constitui legado da nossa memória histórica de valor universal, através da sua fruição pública. Partindo de realidades muito distintas no que à arqueologia subaquática respeita, as regiões e países colaboraram em ações práticas para acelerar e estimular processos de desenvolvimento e uniformizar modelos de gestão e de governança, em prol de uma oferta turística articulada. As entidades

participantes foram o Cabildo de Lanzarote (Canárias), a Direção Regional da Cultura (Açores), a ADCA - Agência para o Desenvolvimento da Cultura nos Açores (Açores), a Associação Comercial e Industrial do Funchal - Câmara de Comércio e Indústria da Madeira (Madeira) a Secretaria Regional do Turismo e Cultura (Madeira), o Instituto do Património Cultural (Cabo Verde) e a Direction du Patrimoine Culturel (Senegal). Sofreu com a pandemia e confinamento, mas superou a tragédia.

Impactos e resultados do projeto: 2017 Arranque do Roteiro: Lançamento do “Guia do Património Cultural Subaquático dos Açores” (inicialmente com 25 sítios, hoje 35). Ao nível da macaronésia, iniciaram-se as Jornadas transnacionais em Lanzarote e Dakar. Na comunicação, o episódio “Esmeralda Perdida” do programa Linha da Frente (RTP) deu projeção nacional ao património subaquático açoriano.

2018 (Consolidação Legal e Pedagógica): Revisão do Regime Jurídico da Gestão do Património Arqueológico e assinatura do protocolo entre a Direção Regional da Cultura e os Operadores de Mergulho, criando-se o primeiro Grupo de Ação Local. Foram editados livros científicos e o “Manual de Boas Práticas” (formação de operadores). Para o grande público, lançou-se uma série na RTP, uma banda desenhada e o livro infantojuvenil “Uma viagem pelos tesouros do mar”, distribuído a todos os alunos do 2.º ciclo. Açores e Madeira acolheram as III e IV Jornadas de trabalho.

2019 (Expansão Regional e Marítima): Alargamento dos Grupos de Ação Local e criação da reserva da Caveira (Açores). A Madeira lançou a primeira rota no naufrágio SS Newton. As V Jornadas em Cabo Verde e debates sobre turismo cultural e ordenamento do espaço marítimo (MarSP). A RTP estreou a série “Máquina do Tempo”.

2020-2021 (Projeção Global e Ciência): Dakar (Senegal), a ilha de Santiago (Cabo Verde), Lanzarote e Graciosa (Canárias) inauguraram os seus roteiros subaquáticos. Os Açores integraram o arranque da European Heritage Label em Bruxelas, acolhendo depois a sua exposição itinerante e lançando a mostra “Cápsulas do tempo”. Os parceiros participaram em congressos internacionais em Cádiz, Lanzarote e Funchal. A visibilidade internacional culminou num episódio na TV5 Monde e na grande exposição “Mar Tenebroso” na Horta.

Impacto Direto: Apenas nos Açores detetaram-se 32 novos sítios subaquáticos, resultando em 40 artigos de especialidade, 34 apresentações em escolas e colóquios, e 14 publicações turísticas e generalistas em Portugal e Espanha.

Características mais diferenciadoras e inovadoras do projeto: Para além da invulgar associação entre o Turismo Verde e Azul, no âmbito da Economia Azul, há fatores que destacam este projeto. A República de Cabo Verde ratificou a Convenção da UNESCO de 2001 sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático em 2019 e a República do Senegal realizou-o em 2020, precisamente por influxo deste projeto. Somente tais feitos justificariam destaque, porém, em 2019, a UNESCO outorgou a “Carta arqueológica subaquática dos Açores”, como Best Practices for Underwater Cultural Heritage. Não foi o primeiro local com esta distinção, mas sim a primeira região do mundo a recebê-lo. Em 2020, a Comissão Europeia galardoou o “Património Cultural Subaquático dos Açores”, com a European Heritage Label, primeira vez que tal galardão foi outorgado a património subaquático e a primeira vez também que foi atribuído a uma região fora da Europa continental. Em 2022, o projeto obteve o “Reconhecimento em prol da Cooperação Turística Internacional do projeto Margullar”, entre Espanha, Portugal, Cabo Verde e

Senegal, atribuído pela Associação Internacional para a Cooperação Turística e, porque a exposição em causa somente terminou em 2022, a “Figura de proa de navio da Casa do Pilar”, obteve a menção honrosa em Intervenção de Conservação e Restauro, outorgada pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM) em 2022, e, no ano seguinte, resgatou o prémio máximo para melhor catálogo do ano com “Mar Tenebroso”, prémio igualmente atribuído pela APOM.

Demonstração de como o projeto será sustentável ambiental e economicamente para o futuro:

O património cultural subaquático da Macaronésia, rico em naufrágios de seis séculos, tem no "modelo açoriano" uma referência de gestão. Sendo o maior visitável da Europa, este modelo substitui a perspetiva clássica da arqueologia pela sociomuseologia, focando-se no diálogo social e na valorização comunitária. Estruturado na valorização científica, gestão sustentável e devolução do património à população, o modelo promove o mergulho guiado por operadores locais e a governança partilhada, alinhando-se com a Convenção da UNESCO. Em termos ambientais, a classificação dos Parques Arqueológicos Subaquáticos gera um efeito de reserva biológica devido à proibição de recolha de elementos vivos ou inertes. Estudos realizados nos Açores comprovam que esta proteção aumenta a biomassa e a reprodução de espécies nas áreas adjacentes, tornando os locais atrativos para o turismo de mergulho. A sustentabilidade económica assenta num modelo autossustentável de custos controlados e reduzida expressão orçamental. A gestão deste património da Macaronésia é assegurada por tutelas governativas suportadas por quadros legais robustos, que criam parques subaquáticos e combatem firmemente a exploração por "caçadores de tesouros". Face a limitações de policiamento e orçamento, as regiões adotaram uma estratégia de governação em rede e corresponsabilização comunitária. Ao envolver utilizadores do mar e académicos, garante-se a proteção ativa e a valorização destes naufrágios como uma riqueza coletiva.

Intervenção ou envolvimento dos públicos com o projeto: A estratégia de mobilização nos Açores foca-se na educação, mediação artística, inclusão e ação cívica para aproximar a comunidade do seu património subaquático.

Para os jovens — representam 80% dos mergulhadores locais —, as ações incluem exposições itinerantes, intensificadas desde 2017, maletas pedagógicas nos museus e a distribuição de um livro infantil em 2019. A divulgação geral e artística faz-se através de séries de televisão em horário nobre, peças de teatro da companhia "Cães do Mar", filmes de animação digitais, festivais de arte urbana (como o Walk and Talk) e residências artísticas comunitárias que transformam resíduos submersos em arte.

O acesso de não-mergulhadores é garantido pela descentralização do espólio de Museus de toda a Macaronésia, muito vincado nos Açores, pela criação de centros interpretativos bilingues em Lanzarote e Graciosa (Canárias), Faial, Pico e S. Jorge (Açores) e pela operação de barcos com fundo de vidro nos Açores.

Potencial de transferibilidade do projeto: O "modelo açoriano", que evoluiu para "modelo macaronésio", surge por necessidade em regiões periféricas com orçamentos limitados e debilidades administrativas. O seu objetivo é criar riqueza não-predatória, capitalizando e protegendo recursos subaquáticos ao envolver as comunidades e garantir-lhes dignidade económica.

Este modelo influenciou as discussões na bacia do Mediterrâneo, servindo de ensinamento para países como a Grécia, Itália e Croácia no projeto BlueMed, com quem se dialogou desde 2019. Com a atribuição da European Heritage Label, tornou-se um referencial na União Europeia para conciliar sustentabilidade económica, turismo de mergulho e conservação in situ. Além disso, ao ser reconhecido pela UNESCO como Best Practices for Underwater Cultural Heritage, as suas diretrizes integraram manuais e fóruns globais.

O modelo apresenta um elevado potencial de replicação em regiões ultraperiféricas, insulares ou com extensas áreas marítimas, sustentando-se em três pilares:

1. Transição para uma gestão comunitária: Focada nas populações locais, responde à escassez de recursos públicos de vigilância.
2. Custos controlados e multifinanciamento: Garante viabilidade económica e sustentabilidade.
3. Estratégias de inclusão multifacetadas: Utiliza ferramentas de comunicação simples, eficazes e de baixo custo, aproveitando recursos existentes para democratizar o acesso ao património subaquático.